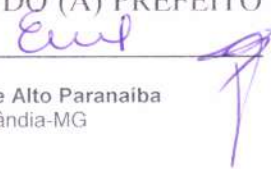


ATA DA 21ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA – CIDES, AOS 10 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2017, ÀS 9H, NA SALA DE REUNIÕES SEDE DO CIDES, INTALAÇÕES DA AMVAP, REUNIRAM-SE OS SENHORES PREFEITOS (AS), REPRESENTANTES MUNICIPAIS E CONVIDADOS, PARA DISCUSSÕES GERAIS E INTERNAS DO CONSÓRCIO. O PRESIDENTE DO CIDES, O SENHOR FRADIQUE GURITA DA SILVA, PREFEITO DE CAMPINA VERDE, CONDUZIU A REUNIÃO. O SR. FRADIQUE AGRADECEU À PRESENÇA DE TODOS OS PREFEITOS E DOS REPRESENTANTES DOS PREFEITOS QUE NÃO PUDEAM COMPARECER, E REFORÇOU QUE COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO ESCRITA E ASSINADA PELO SEU GESTOR OS REPRESENTANTES TERIAM DIREITO AO VOTO NAS TOMADAS DE DECISÕES. O PRESIDENTE AGRADECEU TAMBÉM AS PRESENCAS DOS REPRESENTANTES DA EMPRESA REMO; DO SR. GUSTAVO NICOLAU REPRESENTANTE DA EMPRESA PROJELUMEN E DA PROFESSORA DRA. ÂNGELA SOARES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. O SR. FRADIQUE COMUNICOU AINDA QUE O DEPUTADO ESTADUAL NORALDINO JÚNIOR HAVIA CONFIRMADO A PRESENÇA E ESTAVA A CAMINHO, E QUE O MESMO CHEGARIA A TEMPO DE EXPOR AOS PRESENTES SOBRE AS TRATATIVAS DA VINDA DO CASTRAMÓVEL NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIDES. ANTES DE ENTRAR NA PAUTA DO DIA O PRESIDENTE COMUNICOU AOS PRESENTES QUE O NOVO SITE DO CIDES ESTÁ TOTALMENTE REMODELADO COM TODAS AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS, COM ATENDIMENTO A LEI DE TRANSPARÊNCIA, LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E MUITAS OUTRAS INFORMAÇÕES, BEM COMO DISPONIBILIZOU DOCUMENTOS, AÇÕES REALIZADAS E NOTÍCIAS PARA QUE TODOS POSSAM ACOMPANHAR OS TRABALHOS REALIZADOS PELO CONSÓRCIO. O PRESIDENTE LEU OS ASSUNTOS A SEREM DISCUTIDOS NA PAUTA DA ASSEMBLEIA. *APROVAÇÃO DE ATA DA 20ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA; *ASSINATURA DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE RATEIO; *PROJETO DE APOIO TÉCNICO AOS MUNICÍPIOS NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS; *APROVAÇÃO DE ORÇAMENTO 2018 E APROVAÇÃO DE PROPOSTA DE RESOLUÇÃO; *ILUMINAÇÃO PÚBLICA; *DEPUTADO ESTADUAL NORALDINO JÚNIOR – PROGRAMA “CASTRA MÓVEL” NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIDES; * INFORMES GERAIS. O PRESIDENTE FRADIQUE, COM POSSE DOS DOCUMENTOS AUTORIZATIVOS APRESENTADOS PELOS REPRESENTANTES MUNICIPAIS, FEZ A LEITURA, PARA CONHECIMENTO DE TODOS OS PRESENTES DE QUAIS REPRESENTANTES MUNICIPAIS ESTAVAM APTOS A VOTAR NAS TOMADAS DE DECISÕES. O SENHOR FRADIQUE ANUNCIOU A TODOS QUE OS MUNICÍPIOS DE: ESTRELA DO SUL, GURINHATÃ, MONTE ALEGRE DE MINAS, TIPACIGUARA E ITUIUTABA, HAVIAM AUTORIZADO SEUS REPRESENTANTES A VOTAREM. O PRESIDENTE DO CIDES DEU INÍCIO AOS ASSUNTOS DA PAUTA. FEZ PRIMEIRAMENTE O COMUNICADO AOS PRESENTES DA **DECISÃO DO GESTOR MUNICIPAL DE IRAÍ DE MINAS PELA RETIRADA DO SEU MUNICÍPIO DO CONSÓRCIO**. O PRESIDENTE EXPÔS QUE DIANTE DA SAÍDA DO MUNICÍPIO DE IRAÍ

DE MINAS DO CONSÓRCIO CABE REFORÇAR COM OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS QUE, DE ACORDO COM O ESTATUTO, ART. 72., A RETIRADA DE MEMBRO DO CIDES DEPENDERÁ DE ATO FORMAL DE SEU REPRESENTANTE POR ESCRITO E NA ASSEMBLEIA GERAL. E QUE NO PARÁGRAFO 1º A RETIRADA NÃO PREJUDICARÁ AS OBRIGAÇÕES JÁ CONSTITUÍDAS ENTRE O ENTE CONSORCIADO QUE SE RETIRA E O CIDES; ART. 77. O ENTE CONSORCIADO TEM DIREITO A DESLIGAR-SE DO CIDES, OBEDECIDAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE ESTATUTO E NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CIDES, PARÁGRAFO 1º. AO ENTE CONSORCIADO É FACULTADO PEDIDO DE RETIRADA COM PRÉVIA COMUNICAÇÃO FORMAL DE 60 (SESSENTA) DIAS, OBTIDA A DEVIDA AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA. PARÁGRAFO SEGUNDO - A ASSEMBLEIA GERAL PROVIDENCIARÁ, A PARTIR DA COMUNICAÇÃO DE EXCLUSÃO DE QUE TRATA O *CAPUT* DESTA CLÁUSULA, A COMPATIBILIZAÇÃO DOS CUSTOS DOS PLANOS, PROJETOS, ESTUDOS, PROGRAMAS OU ATIVIDADES DE QUE PARTICIPE O CONSORCIADO EXCLUDENTE ENTRE OS DEMAIS CONSORCIADOS PARTICIPANTES. E REFORÇOU QUE TODOS, SEM EXCEÇÃO, DEVERÃO SEGUIR O QUE ESTÁ DEFINIDO NO ESTATUTO. E LEMBROU A TODOS QUE, A SAÍDA DE ENTE CONSORCIADO AFETA DO ORÇAMENTO DO CONSÓRCIO E DEIXA OS OUTROS GESTORES SOZINHOS NO CUMPRIMENTO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR TODOS. O PRESIDENTE PASSOU ENTÃO PARA A APROVAÇÃO DA ATA DA 20ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA. E LEMBROU QUE A ATA FOI ENCAMINHADA COM ANTECEDÊNCIA NO DIA 01 DE NOVEMBRO JUNTO COM A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA E A PROPOSTA DE RESOLUÇÃO PARA LEITURA E AVALIAÇÃO DE TODOS OS PREFEITOS (AS). NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO CONTRÁRIA E A ATA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE. O SR. FRADIQUE COM A PALAVRA PASSOU PARA OUTRO ITEM DA PAUTA. A ASSINATURA DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE RATEIO. O PRESIDENTE EXPLICOU A TODOS QUE O TERMO É EM DECORRÊNCIA DA RENEGOCIAÇÃO COM A EMPRESA DE CALL CENTER E AJUSTE NAS PLANILHAS DE CUSTO DOS SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DE IP. FATO QUE TROUXE ECONOMIA AOS MUNICÍPIOS E POR ISSO HAVIA A NECESSIDADE DO TERMO ADITIVO PARA AJUSTE ORÇAMENTÁRIO NO REPASSE AO CIDES. O PRESIDENTE INFORMOU AINDA QUE OS MUNICÍPIOS DE ITUIUTABA, PRATA, MONTE ALEGRE DE MINAS E SANTA VITÓRIA, TERÃO TAMBÉM NESTE 1º TERMO ADITIVO A RETIRADA DA PREVISÃO DE CUSTO DA AÇÃO QUE DARIA CONTINUIDADE DOS PROJETOS EXECUTIVOS DO PLANO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA E QUE A JUSTIFICATIVA PARA TAL DECISÃO ESTÁ BEM DETALHADA NA JUSTIFICATIVA DO TERMO ADITIVO. A SECRETÁRIA EXECUTIVA CRISTINA PEDROSA, FEZ A APRESENTAÇÃO DA PLANILHA DE CÁLCULOS COM DEMONSTRATIVOS DA ECONOMIA QUE CADA MUNICÍPIO TERÁ COM ESSE AJUSTE NO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO DE 2017. OS GESTORES PRESENTES ASSINARAM OS TERMOS ADITIVOS, E OS REPRESENTANTES DOS QUE NÃO ESTAVAM PRESENTES LEVARAM PARA ASSINATURA DO (A) PREFEITO

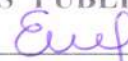


(A). DANDO SEQUÊNCIA A PAUTA O PRESIDENTE PASSOU PARA O ITEM SEGUINTE QUE É O PROJETO DE APOIO TÉCNICO AOS MUNICÍPIOS NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS. O PRESIDENTE EXPLICOU QUE O PROJETO TEM COMO FINALIDADE DAR CONDIÇÕES TÉCNICAS AOS MUNICÍPIOS PARA QUE ATENDAM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MEIO AMBIENTE E TAMBÉM AS RECOMENDAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA OS MUNICÍPIOS DE ARAPORÃ, CANÁPOLIS, CENTRALINA, GURINHATÃ, ITUIUTABA, MONTE ALEGRE DE MINAS, PRATA E SANTA VITÓRIA QUE JÁ TÊM ESSA AÇÃO PREVISTA DO CONTRATO DE RATEIO DE 2017, E EXPLICOU QUE SE NÃO DER SEQUÊNCIA AINDA ESTE ANO, DEVERÁ SER FEITO UM OUTRO TERMO ADITIVO PARA EXCLUSÃO DESTA AÇÃO DO CONTRATO DE RATEIO DESTE ANO. O SR. FRADIQUE REFORÇOU QUE OS DEMAIS MUNICÍPIOS QUE SE INTERESSAREM PELO PROJETO PRECISAM SE MANIFESTAR RAPIDAMENTE E MARCAR REUNIÃO PARA AVALIAR A SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO NA QUESTÃO AMBIENTAL COM A SECRETÁRIA EXECUTIVA E A DRA. ÂNGELA SOARES, PARA VER O QUE PODE SER FEITO PARA ESTES MUNICÍPIOS SE IGUALAREM AOS DEMAIS NAS AÇÕES. E O PRESIDENTE AINDA REFORÇOU QUE POR ISSO, A DECISÃO DEVERIA SER TOMADA O MAIS RÁPIDO POSSÍVEL. A SECRETÁRIA EXECUTIVA, COM A PALAVRA APRESENTOU O OBJETIVO DO PROJETO E OS CUSTOS LEVANTADOS PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO NO PERÍODO DE UM ANO. TERMINADA SUA EXPLANAÇÃO, A SECRETÁRIA EXECUTIVA PASSOU A PALAVRA PARA A PROF. DRA. ÂNGELA SOARES PARA MAIS DETALHES SOBRE A PROPOSTA DO PROJETO. A PROFA. ÂNGELA FALOU DAS DIFICULDADES DOS MUNICÍPIOS E DA PREOCUPAÇÃO QUE O CIDES TEM COM AS DIFICULDADES APRESENTADAS PELOS MUNICÍPIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE RESÍDUOS SÓLIDOS. DIFICULDADE ESTA CAUSADA PELA FALTA DE PESSOAL TÉCNICO CAPACITADO PARA A EXECUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DESTES PLANOS. A DRA. ÂNGELA TAMBÉM REFORÇOU A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POIS É UM APOIO TÉCNICO QUE TEM COMO PROPOSTA BÁSICA AUXILIAR OS MUNICÍPIOS NA IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DE RESÍDUOS E AINDA PROPÕE AVALIAR E INDICAR ALTERNATIVAS PARA AS ETES DOS MUNICÍPIOS E DISTRITOS. E LEMBROU QUE O ANO DE 2018 SERÁ O ANO QUE O MPMG IRÁ VOLTAR SUA ATENÇÃO PARA O ESGOTAMENTO SANITÁRIO. FALOU TAMBÉM QUE A EQUIPE TÉCNICA DESTE PROJETO SERÁ COMPOSTA POR ENGENHEIROS, GEÓGRAFOS, QUÍMICOS E TERÁ O APOIO DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA UFU. POR SER UM PROJETO QUE TERÁ PROFESSORES PESQUISADORES DA UFU APRESENTA UM CUSTO MAIS ACESSÍVEL. O CUSTO DO PROJETO PARA TODA A EQUIPE QUE ESTARÁ DISPONÍVEL É BEM MENOR QUE SE CADA MUNICÍPIO FOSSE CONTRATAR CADA UM DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NESTE PROJETO. FALOU TAMBÉM QUE O PROJETO FOI PENSADO PARA ATUAR JUNTO AOS MUNICÍPIOS PELO PERÍODO DE UM ANO. E QUE CADA MUNICÍPIO A PRINCÍPIO RECEBERÁ A EQUIPE TÉCNICA A CADA 15 DIAS PARA OS ANDAMENTOS DOS TRABALHOS. A PROFESSORA LEMBROU AINDA QUE, NÃO ADIANTA TER PLANO E PROPOSTA SE O MUNICÍPIO NÃO CONSEGUE EXECUTAR. E O

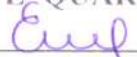
PROJETO É PARA ADEQUAR A REALIDADE DO MUNICÍPIO NO CUMPRIMENTO DAS LEIS AMBIENTAIS. LEMBROU TAMBÉM QUE O PLANO DE ATERROS SANITÁRIOS QUE FEZ PARA OS MUNICÍPIOS DO CIDES FOI PARA GURINHATÁ, E O MUNICÍPIO ATÉ HOJE NÃO CONSEGUIU DAR SEGUIMENTO AO PROJETO. E QUE ISSO É PORQUE PARA O MUNICÍPIO ESSES TRABALHOS SÃO MUITO DIFÍCEIS. A DRA. ÂNGELA SOARES FALOU QUE COMO JÁ É DE CONHECIMENTO DE TODOS A COORDENADORIA REGIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA E MEIO AMBIENTE TÊM DUAS FRENTES DE TRABALHOS, SENDO UMA PARA VISTORIAS NOS MUNICÍPIOS QUE JÁ TEM O TAC ASSINADO E OUTRA PARA FISCALIZAR OS DEMAIS MUNICÍPIOS NO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL. ASSIM, A COORDENADORIA DO MP TERÁ DADOS DE TODOS OS MUNICÍPIOS LEVANTADOS PELOS AGENTES DE FISCALIZAÇÃO INDICADOS PELO MP. DRA. ÂNGELA SOARES LEMBROU QUE EXISTE UMA GRANDE DIFICULDADE NOS TRAMITES DESTE PROJETO NA UNIVERSIDADE E QUE SÃO EXISTE MUITA BUROCRACIA NO CUMPRIMENTO DA DEMANDA E MUITO TEMPO NA TRAMITAÇÃO. E QUE COM LEI 13.019/2014 AUMENTOU O GRAU DE DIFICULDADE PARA TRANSITAR PROJETOS NAS UNIVERSIDADES. POR ISSO, JÁ TEM CERCA DE UM ANO QUE O CIDES E O IG TÊM TRABALHADO NA ELABORAÇÃO DESTA DEMANDA PARA OS MUNICÍPIOS. A SECRETÁRIA EXECUTIVA, CRISTINA MARTINS COM A PALAVRA EXPLICOU A COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS DO PROJETO ACRESCIDO PELAS TAXAS ADMINISTRATIVAS COBRADAS PELA UFU, IG, FAU. E LEMBROU QUE POR NÃO SER UMA EMPRESA PRIVADA COM FINS LUCRATIVOS, MESMO COM AS TAXAS O VALOR PARA OS SERVIÇOS CONTIDOS NO PROJETO É BEM MENOR QUE O OFERECIDO POR EMPRESAS DE CONSULTORIA EXISTENTES NO MERCADO. A SECRETÁRIA EXECUTIVA EXCLARECEU TAMBÉM QUE A PROPOSTA FOI PREVISTA NA LOA 2018 PARA OS OITO MUNICÍPIOS QUE JÁ PARTICIPAM DESTAS AÇÕES DESDE 2014, SENDO QUE SE HOUVER OUTROS MUNICÍPIOS INTERESSADOS ESTES DEVERÃO INCLUIR ESSA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA NA LOA 2018. A SRA CRISTINA AINDA COM A PALAVRA ESCLARECEU QUE A DECISÃO DE INICIAR OS TRABALHOS NESTE MOMENTO É DO GESTOR MUNICIPAL E REFORÇOU QUE A DECISÃO PRECISA SER TOMADA RAPIDAMENTE POIS, CASO NÃO QUEIRAM INICIAR AINDA NO ANO DE 2017, DEVERÁ SER FEITO UM TERMO ADITIVO PARA RETIRADA DA AÇÃO DO CONTRATO DE RATEIO, AFIM DE EVITAR PROBLEMAS DE IMPROBIDADE AOS PREFEITOS DOS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES. O REPRESENTANTE E SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE DE TUPACIGUARA PERGUNTOU A SRA. CRISTINA SE NO CASO DE TUPACIGUARA O CUSTO SERIA O MESMO. SRA. CRISTINA RESPONDEU QUE A PRINCÍPIO SIM O VALOR É O MESMO DOS DEMAIS MUNICÍPIOS, MAS DESDE QUE NÃO HOUVESSE NECESSIDADE DE NENHUM OUTRO TRABALHO COMPLEMENTAR PARA QUE O MUNICÍPIO FICASSE EM SITUAÇÃO DE IGUALDADE COM OS DEMAIS MUNICÍPIOS. A DOUTORA ÂNGELA EXPLICOU PARA O SENHOR MARCELO QUE CONHECE O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA E NO CASO DELES A GESTÃO DE RESÍDUOS ESTÁ JUNTO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO. E QUE

PARA TER OS TRABALHOS REFERENÊ AO PLANEJAMENTO DAS VALAS SANITÁRIAS, COLETA SELETIVA, PRAD E OUTROS TRABALHOS QUE FORAM FEITOS NAS MEDIDAS EMERGENCIAIS, O MUNICÍPIO JUNTO COM O CIDES, INSTITUTO DE GEOGRAFIA TERÃO QUE VER A VIABILIDADE DE INCLUIR ESTES TRABALHOS NO PROJETO ATUAL DE APOIO TÉCNICO AOS MUNICÍPIOS DO CIDES, POIS ESTÁ MUITO DIFÍCIL TRANSITAR ESTES PROJETOS DENTRO DA UNIVERSIDADE, E A DEMORA TEM SIDO MUITO GRANDE, MAS SERÁ NECESSÁRIO AVALIAR JURIDICAMENTE SE É POSSÍVEL ESSA INCLUSÃO. CASO NÃO SEJA POSSÍVEL, O MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA TERÁ QUE FAZER UM OUTRO TERMO DE PARCERIA PARA FAZER ESTES TRABALHOS. A SECRETÁRIA EXECUTIVA INFORMOU QUE TEM OUTRAS POSSIBILIDADE DE DIMINUIR UM POUCO O CUSTO PARA OS MUNICÍPIOS POIS, ASSIM QUE FECHAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS CONVÊNIOS ANTERIORES RELATIVOS A ESSES TRABALHOS DO MEIO AMBIENTE, CADA MUNICÍPIO TERÁ UM SALDO REMANESCENTE E PODERÁ DIMINUIR ESSE MONTANTE DO VALOR DO PROJETO QUE É DE R\$ 24.760,84 (VINTE QUATRO MIL, SETECENTOS E SESSENTA REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS) POR MUNICÍPIO, E TAMBÉM O CIDES ESTÁ TENTANDO UM RECURSO DE EMENDA PARLAMENTAR COM O DEPUTADO NORALDINO JÚNIOR PARA BUSCAR A REDUÇÃO DESTE CUSTO PARA OS MUNICÍPIOS, MAS, A SECRETÁRIA EXECUTIVA LEMBROU QUE, AS EMENDAS SÃO DIFÍCEIS DE SEREM DISPONIBILIZADAS E NÃO PODEMOS CONTAR COM ELAS ANTES DE RECEBÊ-LAS. A SRA. CRISTINA PEDIU AOS REPRESENTANTES QUE DECIDAM JUNTO AOS SEUS GESTORES MUNICIPAIS QUAL É O POSICIONAMENTO EM RELAÇÃO AO PROJETO DE APOIO TÉCNICO E QUE PASSEM AO CIDES A DECISÃO POR ESCRITO, O MAIS RÁPIDO POSSÍVEL. SEM MAIS QUESTIONAMENTOS SOBRE ESSE ITEM DA PAUTA ENCERROU-SE AS TRATATIVAS SOBRE O PROJETO. O PRESIDENTE FRADIQUE COM A PALAVRA PASSOU PARA O PRÓXIMO ITEM A SER DISCUTIDO – ORÇAMENTO 2018 E A PROPOSTA DE RESOLUÇÃO. O PRESIDENTE LEMBROU QUE, OS DOCUMENTOS RELATIVOS AO ORÇAMENTO E A PROPOSTA DE RESOLUÇÃO FORAM ENCAMINHADOS NO DIA PRIMEIRO DE NOVEMBRO PARA CONHECIMENTO E ANÁLISE DOS PREFEITOS. O PRESIDENTE PASSOU A PALAVRA PARA A CONTADORA DA AMVAP A SENHORA LAURENTINA ARAÚJO, PARA INICIAR A APRESENTAÇÃO TÉCNICA E DETALHADA DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA 2018. A SENHORA LAURENTINA COM A PALAVRA INICIOU A APRESENTAÇÃO DA PREVISÃO DO ORÇAMENTO 2018, E AVISOU QUE CASO FOSSEM SURGINDO DÚVIDAS, PODERIAM INTERROMPER PARA PERGUNTAR. A SENHORA LAURENTINA REAFIRMOU QUE O ORÇAMENTO FOI PENSADO CONSIDERANDO A SITUAÇÃO FINANCEIRA DIFÍCIL PELA QUAL TODOS OS MUNICÍPIOS PASSAM E PROJETADO DE FORMA QUE TAMBÉM NÃO IMPEÇA O CIDES DE REALIZAR SUAS DEMANDAS, E PONTUOU QUE AS DESPESAS FORAM BASEADAS NOS CUSTOS ATUAIS E QUE AS PREVISÕES PERCENTUAIS PARA O ANO DE 2018 FORAM TAMBÉM PENSADAS DE FORMA A ATENDER A SUGESTÃO DO PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL NO DIA DA REUNIÃO DE APROVAÇÃO DE CONTAS DO CONSÓRCIO. O

PREFEITO DE IPIAÇU SR. LEANDRO, QUESTIONOU O VALOR APRESENTADO PARA CUSTO DE FOLHA DE FUNCIONÁRIOS. A SENHORA LAURENTINA EXPLICOU QUE A FOLHA FOI PREVISTA PENSANDO EM POSSÍVEIS RESCISÕES E QUE A ORIENTAÇÃO FOI DADA PELO CONSELHO FISCAL EVITANDO ASSIM ONERAR OS MUNICÍPIOS, EM ALGUM MOMENTO NO PRÓXIMO EXERCÍCIO, SE FOR NECESSÁRIA ALGUMA RESCISÃO DE TRABALHO DE FUNCIONÁRIOS, RESPEITANDO AS PREVISÕES DE RESCISÕES CONTRATUAIS CONSTANTES NA CLT. O SENHOR CLEIDIMAR, PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL E PREFEITO DE CAPINÓPOLIS ESTAVA PRESENTE E CONFIRMOU A JUSTIFICATIVA DA SENHORA LAURENTINA. O SENHOR LEANDRO PREFEITO DE IPIAÇU TAMBÉM QUESTIONOU A NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE JURÍDICO E CONTÁBIL PARA O CIDES, SENDO QUE TEM DOIS ADVOGADOS NA AMVAP. A SENHORA CRISTINA EXCLARECEU QUE A AMVAP TEM UMA DEMANDA MUITO MAIOR QUE A DO CIDES, E QUE O CIDES TAMBÉM TEM MUITA DEMANDA. E POR ISSO NÃO É PRIORIDADE. A SECRETÁRIA PONTUOU QUE O CIDES ESTÁ CRESCENDO MUITO E PODE FAZER MUITAS COISAS PELOS MUNICÍPIOS E TEM MUITOS NOVOS PROJETOS PARA OFERECER E RALIZAR PARA MUNICÍPIOS, E QUE É NECESSÁRIO MONTAR UMA EQUIPE PARA CUMPRIMENTO DE PRAZOS E ATENDIMENTO DAS DEMANDAS. A SENHORA LAURENTINA, TAMBÉM LEMBROU DAS COBRANÇAS RECORRENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM RELAÇÃO A USO DE FUNCIONÁRIOS DA AMVAP, E QUE NÃO SE SABE QUAL SERÁ A RECOMENDAÇÃO DO MP. O PRESIDENTE DO CIDES, SR. FRADIQUE COM A PALAVRA LEMBROU AOS PREFEITOS QUE APROVAR O ORÇAMENTO NÃO QUER DIZER QUE ELE SERÁ APLICADO NA ÍNTEGRA, MAS QUE SE HOVER A REAL NECESSIDADE DE CONTRATAÇÕES, SE NÃO ESTIVER PREVISTO NO ORÇAMENTO NÃO PODERÁ ACONTECER. REFORÇOU QUE O OBJETIVO DA AMVAP E DO CIDES É O MESMO, ATENDER OS MUNICÍPIOS, MAS O QUE A SRA CRISTINA DISSE É VERDADE, A AMVAP TEM ATENDIDO O CIDES, MAS COM DIFICULDADES PORQUE A DEMANDA É GRANDE, E PONDEROU QUE É NATURAL QUE OS FUNCIONÁRIOS DA AMVAP PRIORIZEM AS DEMANDAS DA ASSOCIAÇÃO, AFINAL É A INSTITUIÇÃO QUE ELES TRABALHAM. E QUE NA POSSIBILIDADE, QUANDO TEM TEMPO ATENDEM AS DEMANDAS DO CONSÓRCIO. MAS LEMBROU QUE O PONTO MAIS IMPORTANTE E QUE TEM QUE SER CONSIDERADO É QUE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL TÊM MANDADO NOTIFICAÇÕES QUASE QUE DIARIAMENTE, QUESTIONANDO EXATAMENTE O FATO DE USAR OS FUNCIONÁRIOS DA AMVAP NO CUMPRIMENTO DAS FUNÇÕES DO CIDES E PONTUOU QUE O CIDES RESPONDEU AOS QUESTIONAMENTOS, MAS AINDA NÃO SE SABE QUAL SERÃO AS RECOMENDAÇÕES. E QUE POR ISSO FOI COLOCADO NO ORÇAMENTO. E AVALIOU QUE MAIS CEDO OU MAIS TARDE O CIDES PODERÁ TER QUE FAZER ESTAS CONTRATAÇÕES, A DEPENDER DA RESPOSTA DO MP. E QUE ISSO PRECISA ESTAR PREVISTO NO ORÇAMENTO 2018. O PRESIDENTE AINDA COM A PALAVRA LEMBROU A TODOS QUE O ART. 52. O QUADRO DE PESSOAL DO CIDES É COMPOSTO POR: I – EMPREGADOS PÚBLICOS; II –

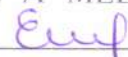


SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS CEDIDOS PELOS ENTES CONSORCIADOS; III – CONTRATADOS MEDIANTE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO; IV – DETENTORES DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO DE CONFIANÇA. E RELATOU AS NOTIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO - DIA 29 DE MAIO – NOTIFICAÇÃO DO MPT – PROCURADORIA DO TRABALHO DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA; DIA 05 DE JUNHO – NOTIFICAÇÃO DO MPT - PROCURADORIA DO TRABALHO DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA; DIA 09 DE JUNHO – NOTIFICAÇÃO DO MPMG - PROCURADORIA DE JUSTIÇA DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA; DIA 22 DE JUNHO – NOTIFICAÇÃO DO MPMG - PROCURADORIA DE JUSTIÇA DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA; DIA 01 DE AGOSTO – NOTIFICAÇÃO DO MPMG – PROCURADORIA DE JUSTIÇA DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA. E QUE ESTES ERAM MOTIVAÇÕES SUFICIENTES PARA A APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO PREVENDO AS POSSÍVEIS CONTRATAÇÕES PARA 2018. APÓS EXPLANAÇÃO DO PRESIDENTE DO CIDES, A SENHORA LAURENTINA TERMINOU A APRESENTAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DO CIDES PARA 2018. RESPONDEU OUTROS ESCLARECIMENTOS AOS PRESENTES. O PRESIDENTE COLOCOU EM VOTAÇÃO E O ORÇAMENTO FOI PRONTAMENTE APROVADO PELOS PREFEITOS E OS REPRESENTANTES COM AUTORIZAÇÃO PARA VOTAR (ESTRELA DO SUL, ITUIUTABA, GURINHATÃ, MONTE ALEGRE DE MINAS, PRATA). O ORÇAMENTO AFOI PROVADO COM O VALOR TOTAL DE R\$ 929.925,27 (NOVECENTOS E VINTE E NOVE MIL, NOVECENTOS E VINTE E CINCO REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS), DISTRIBUÍDOS ENTRE: GESTÃO: R\$ 426.435,03 (QUATROCENTOS E VINTE E SEIS MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E TRÊS CENTAVOS); GESTÃO DE RESÍDUOS/SANEAMENTO: R\$ 199.000,00 (CENTO E NOVENTA E NOVE MIL REAIS); CALL CENTER: R\$ 148.245,12 (CENTO E QUARENTA E OITO MIL, DUZENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E DOZE CENTAVOS); SOFTWARE: R\$ 148.245,12 (CENTO E QUARENTA E OITO MIL, DUZENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E DOZE CENTAVOS) E ESTIMATIVA DE RENDIMENTOS FINANCEIROS: R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS). SENDO DISTRIBUÍDO AOS MUNICÍPIOS CONFORME SEGUE: ARAPORÃ: R\$ 42.177,81 (QUARENTA E DOIS MIL, CENTO E SETENTA E SETE REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS); CACHOEIRA DOURADA: R\$ 5.508,94 (CINCO MIL, QUINHENTOS E OITO REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS); CAMPINA VERDE: R\$ 42.071,10 (QUARENTA E DOIS MIL, SETENTA E UM REAIS E DEZ CENTAVOS); CANÁPOLIS: R\$ 47.583,59 (QUARENTA E SETE MIL, QUINHENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E CINQUENTA E NOVE CENTAVOS); CAPINÓPOLIS: R\$ 30.762,33 (TRINTA MIL, SETECENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS); CASCALHO RICO: R\$ 5.987,68 (CINCO MIL, NOVECENTOS E OITENTA E SETE REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS); CENTRALINA: R\$ 46.661,30 (QUARENTA E SEIS MIL, SEISCENTOS E SESSENTA E UM REAIS E TRINTA CENTAVOS); DOURADOQUARA: R\$ 4.198,88 (QUATRO MIL, CENTO E NOVENTA E OITO REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS); ESTRELA DO SUL: R\$ 15.941,40 (QUINZE MIL, NOVECENTOS E QUARENTA E UM REAIS E QUARENTA



CENTAVOS); GRUPIARA: R\$ 3.799,77 (TRÊS MIL, SETECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS); GURINHATÃ: R\$ 35.738,32 (TRINTA E CINCO MIL, SETECENTOS E TRINTA E OITO REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS); INDIANÓPOLIS: R\$ 12.371,28 (DOZE MIL, TREZENTOS E SETENTA E UM REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS); IPIAÇU: R\$ 9.116,15 (NOVE MIL, CENTO E DEZESSEIS REAIS E QUINZE CENTAVOS); ITUIUTABA: R\$ 249.260,69 (DUZENTOS E QUARENTA E NOVE MIL, DUZENTOS E SESSENTA REAIS E SESSENTA E NOVE CENTAVOS); MONTE ALEGRE DE MINAS: R\$ 64.894,81 (SESSENTA E QUATRO MIL, OITOCENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS); MONTE CARMELO: R\$ 99.624,34 (NOVENTA E NOVE MIL, SEISCENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS); PRATA: R\$ 80.276,19 (OITENTA MIL, DUZENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E DEZENOVE CENTAVOS); SANTA VITÓRIA: R\$ 67.473,57 (SESSENTA E SETE MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS) E TUPACIGUARA: R\$ 58.477,11 (CINQUENTA E OITO MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E SETE REAIS E ONZE CENTAVOS). O SENHOR FRADIQUE REFORÇOU NOVAMENTE QUE O CIDES TRABALHA COM TRANSPARÊNCIA E QUE A PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA NOVAS CONTRATAÇÕES SÃO PARA ATENDIMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO, CASO O MESMO ENTENDA QUE O CIDES DEVA FAZER ESSAS CONTRATAÇÕES. O PREFEITO DE IPIAÇU, SR. LEANDRO PONTUOU QUE FEZ A COLOCAÇÃO SOBRE NOVAS CONTRATAÇÕES PORQUE ALÉM DAS DIFICULDADES FINANCEIRAS QUE OS MUNICÍPIOS ATRAVESSAM, ESSA DEMANDA A PRINCÍPIO DEVERIA SER ATENDIDA PELA AMVAP. O SENHOR FRADIQUE DISSE QUE AS PONTUAÇÕES DO PREFEITO LEANDRO SÃO BEM VINDAS, QUE TODOS OS MUNICÍPIOS PASSAM PELAS MESMAS DIFICULDADES, E QUE O CIDES NÃO FARÁ CONTRATAÇÕES SEM NECESSIDADE. E QUE A MAIOR DEMANDA HOJE É DE MAIS UM ADMINISTRATIVO, PORQUE NÃO É FÁCIL DUAS PESSOAS TOCAREM A DEMANDA DO CIDES SOZINHAS. O PRESIDENTE VOLTOU A REFORÇAR QUE OS PREFEITOS QUE SE INTERESSEM PELO PROJETO DE APOIO TÉCNICO NÃO DEIXEM DE ENTRAR EM CONTATO COM A CRISTINA PARA DAR SEGUIMENTO. O PRESIDENTE PASSOU ENTÃO PARA O ITEM SEGUINTE DA PAUTA – PROPOSTA DE RESOLUÇÃO. O PRESIDENTE EXPLICOU O OBJETIVO DA PROPOSTA QUE REGULAMENTA O REGIME DE ADIANTAMENTO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS E AGENTES PÚBLICOS DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA – CIDES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O PRESIDENTE PONTUOU QUE OS FUNCIONÁRIOS DO CIDES VIAJAM MUITO PARA OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS E OUTROS LOCAIS EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS E QUE NÃO É FÁCIL E RAZOÁVEL QUE USEM SEU PRÓPRIO CARTÃO OU DINHEIRO PARA OS CUSTOS, SENDO QUE AS RESTITUIÇÕES PODEM DEMORAR E PODE ONERAR AOS FUNCIONÁRIOS. O PRESIDENTE DEU MAIS DETALHES DA REGULAMENTAÇÃO E DISSE QUE ALÉM DE TER SIDO ENCAMINHADA POR E-MAIL, HÁ CÓPIA EM CADA UMA DAS PASTAS ENTREGUES NA ASSEMBLEIA. O PREFEITO DE CAPINÓPOLIS DEU SUGESTÃO

PARA IMPLANTAÇÃO DE UM CARTÃO PARA COBRIR AS DESPESAS, AO INVÉS DE USO DE ADIANTAMENTO. O PRESIDENTE DISSE QUE A SUGESTÃO SERÁ ESTUDADA. A RESOLUÇÃO FOI COLOCADA PARA VOTAÇÃO E APROVADA POR UNANIMIDADE. O PRESIDENTE DEU SEGUIMENTO À ASSEMBLEIA E PASSOU PARA O PRÓXIMO ITEM DA PAUTA – ILUMINAÇÃO PÚBLICA. AINDA COM A PALAVRA O PRESIDENTE DO CIDES FALOU QUE A CONSTRUTORA REMO LTDA, ATENDEU AS SOLICITAÇÕES FEITAS NA ASSINATURA DO 5º TERMO ADITIVO E QUE OS SERVIÇOS ESTÃO A CONTENTO E QUE OS REPRESENTANTES DA CONTRATADA ESTÃO MAIS PRÓXIMOS DOS MUNICÍPIOS NOS ACOMPANHAMENTOS DA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E QUE POR ISSO ACREDITA QUE O MAIS INTERESSANTE PARA TODOS OS MUNICÍPIOS É MANTER OS CONTRATOS PARA O EXERCÍCIO 2018. ATÉ PORQUE NÃO HÁ TEMPO PARA FAZER OUTRO PROCESSO LICITATÓRIO E POR SE TRATAR DE UM SERVIÇO DE NATUREZA CONTÍNUA, ADITIVAR O CONTRATO DENTRO DAS POSSIBILIDADE LEGAIS É A MELHOR ALTERNATIVA. O PRESIDENTE LEMBROU TAMBÉM QUE A CONSTRUTORA REMO TEM PARTICIPADO DAS ASSEMBLEIAS PARA MAIOR INFORMAÇÃO E CONTATO COM OS PREFEITOS. OS DEMAIS PREFEITOS CONCORDARAM COM A MELHORA NOS SERVIÇOS E OS PRESENTES CONCORDARAM COM A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO PARA 2018. O PRESIDENTE FALOU A TODOS SOBRE AS DIFICULDADES QUE OS MUNICÍPIOS TÊM EM REALIZAR OS PROCESSOS LICITATÓRIOS PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA IP, E QUE SERIA MUITO MAIS VIÁVEL FAZER ISSO VIA CONSÓRCIO PARA BARATEAR OS CUSTOS DO PROCESSO E QUE HAVIA SIDO SOLICITADO AOS MUNICÍPIOS LEVANTAMENTO TÉCNICO JÁ HÁ ALGUM TEMPO E QUE ISSO NÃO HAVIA SIDO FORNECIDO. E QUE POR ISSO SERIA NECESSÁRIA A CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL PARA A CAPTAÇÃO DESSES DADOS PARA QUE O PROCESSO POSSA PROSSEGUIR. O PRESIDENTE PASSOU A FALA PARA A SECRETÁRIA EXEUTIVA QUE RECORDOU A SOLICITAÇÃO FEITA NA 19ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CIDES E APRESENTOU AOS PREFEITOS AS VÁRIAS ETAPAS QUE SÃO NECESSÁRIAS PARA ATENDER AS SOLICITAÇÕES DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA MELHORIAS E EXTENSÃO DOS PARQUES DE IPs DOS MUNICÍPIOS. A SRA. CRISTINA LEMBROU AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA UM PROCESSO LICITATÓRIO PARA EXPANSÃO E MELHORIAS DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA: **TERMO DE REFERÊNCIA** – ELABORADO POR ENGENHEIRO ELÉTRICO COM ESPECIALIZAÇÃO EM ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM CONTRATO VIA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS; **MUNICÍPIOS** - DEVERÃO FAZER O LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES E EXPECTATIVAS DAS MELHORIAS E EXPANSÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA; **MUNICÍPIOS** MANIFESTAREM INTERESSE ATRAVÉS DE TERMO DE INTENÇÃO. **EXPANSÃO** – LEVANTAR QUAL A METRAGEM LINEAR PARA ATENDER OS CONJUNTOS HABITACIONAIS A SEREM IMPLANTADOS, LOTEAMENTOS URBANOS, VIAS PÚBLICAS SEM ILUMINAÇÃO, INSTALAÇÃO DE POSTES, PONTOS DE ILUMINAÇÃO E ACESSÓRIOS E GERADORES, CONFORME O CASO. **MELHORIAS** - AVALIAR POSSÍVEL TROCA DÁS LÂMPADAS E A NECESSIDADE DE ADAPTAÇÃO NA REDE ELÉTRICA. DEFINIR QUAL A MELHOR



FORMA DE LICITAÇÃO DOS SERVIÇOS QUE PODE SER - **REGISTRO DE PREÇO**: NECESSIDADE DO CIDES CONTRATAR E EXECUTAR UM MÍNIMO DE SERVIÇOS E OS OUTROS MUNICÍPIOS PEGAREM CARONA NO REGISTRO DE PREÇO (ALGUNS MUNICÍPIOS DEVERÃO SE COMPROMETER EM REALIZAR OS SERVIÇOS POR MEIO DO CIDES, PARA ATENDER O MÍNIMO NECESSÁRIO PARA A VALIDADE E LEGITIMIDADE DO REGISTRO DE PREÇO).- **LICITAÇÃO COMPARTILHADA A SER REALIZADA PELO CIDES** SENDO QUE O CONSÓRCIO REALIZARÁ O PROCESSO DE LICITAÇÃO E A CONSTRUTORA VENCEDORA FIRMARÁ CONTRATO DIRETAMENTE COM CADA UM DOS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DA LICITAÇÃO COMPARTILHADA (NOS MESMOS MOLDES DA MANUTENÇÃO DE IP). O CIDES DEVERÁ PASSAR EM ASSEMBLEIA PARA SABER QUAL A FORMA DE LICITAÇÃO DESEJADA PELOS PREFEITOS, E APROVAR EM ASSEMBLEIA. EM SEGUIDA A SECRETÁRIA EXECUTIVA MOSTROU A TODOS O COMPARATIVO DOS ORÇAMENTOS CONSEGUIDOS PARA CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA FAZER OS LEVANTAMENTOS TÉCNICOS NOS MUNICÍPIOS. E QUE O MENOR VALOR CONSEGUIDO FOI APRESENTADO PELA EMPRESA **PROJELUMEN CONSULTORIA E PROJETOS EIRELI-ME**. A SENHORA CRISTINA PASSOU A PALAVRA AO SENHOR NICOLAU REPRESENTANTE DA EMPRESA PROJELUMEN, PARA APRESENTAÇÃO DE COMO SE DARÁ O DESENVOLVIMENTO DE LEVANTAMENTOS TÉCNICOS PARA A ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA E PRESTAÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA NOS MUNICÍPIOS PARA A CLASSIFICAÇÃO DO PARQUE DE IP, COM LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES TÉCNICA, ATRAVÉS DE RELATÓRIOS TÉCNICOS POR MUNICÍPIO PARA UMA POSSÍVEL ELABORAÇÃO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS DO CIDES PARA SERVIÇOS DE OBRAS, EXPANSÃO E MELHORIAS DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS. O SENHOR NICOLAU FALOU DA IMPORTÂNCIA DE SE TER ESSES DADOS PARA QUE OS MUNICÍPIOS POSSAM PARTICIPAR DAS VÁRIAS OPORTUNIDADES DE EDITAIS DE MELHORIAS E EFICIENTIZAÇÃO DE PARQUES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COMO POR EXEMPLO O EDITAL DA ELETROBRAS PARA PROJETO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA LED – PROCEU. APÓS A EXPLANAÇÃO O PRESIDENTE DO CIDES PROPÔS QUE ESTA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DA PROJELUMEN SEJA REALIZADA E CUSTEADA PELO CIDES, USANDO RECURSOS PRÓPRIOS DO CONSÓRCIO PARA BENEFICIAR A TODOS OS MUNICÍPIOS, COM O LEVANTAMENTO DE DADOS QUE PODERÃO COLABORAR EM MUITOS TRABALHOS E POR MUITOS ANOS. OFERECENDO UMA BASE DE DADOS QUE MUITO AJUDARÁ A MELHORIA DOS PARQUES. COM A APROVAÇÃO DE TODOS OS PREFEITOS, O PRESIDENTE SOLICITOU A SECRETÁRIA EXECUTIVA, QUE PROVIDENCIE O ANDAMENTO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO. EM SEGUIDA A EQUIPE DO CIDES ENTREGOU AOS PREFEITOS E REPRESENTANTES DOS MUNICÍPIOS OS ÍMÃS COM O NÚMERO 0800 0900 300 - CALL CENTER OFICIAL PARA OS CHAMADOS DE MANUTENÇÃO DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIDES. OS ÍMÃS FORAM DOADOS PELA EMPREGA DE CALL CENTER PARA DIVULGAÇÃO DO NÚMERO AOS

MUNICÍPIOS. O SENHOR FRADIQUE FALOU DA IMPORTÂNCIA DA DIVULGAÇÃO E ELOGIOU A INICIATIVA DA EMPRESA CONTRATADA. O PRESIDENTE EM SEQUÊNCIA APRESENTOU A TODOS O **DEPUTADO NORALDINO JÚNIOR**, QUE HAVIA CHEGADO A TEMPO DE APRESENTAR O ANDAMENTO DAS TRATATIVAS COM O CIDES. DEPUTADO AGRADECEU E CUMPRIMENTOU A TODOS OS PRESENTES. E APRESENTOU O PROGRAMA “CASTRA MÓVEL” NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIDES. O DEPUTADO ESTADUAL NORALDINO JÚNIOR, AGRADECEU À OPORTUNIDADE A TODOS, AGRADECEU EM ESPECIAL AO PRESIDENTE E A SECRETÁRIA EXECUTIVA PELO SEU COMPROMETIMENTO COM O CONSÓRCIO E PELO ESFORÇO E CARINHO COM QUE A SENHORA CRISTINA TRATA TEMAS IMPORTANTES PARA OS MUNICÍPIOS. E RELATOU QUE PELO EMPENHO DA SECRETÁRIA EXECUTIVA, FEZ UM ESFORÇO PARA ESTAR PRESENTE NA ASSEMBLEIA E PASSAR AOS PRESENTES PESSOALMENTE AS TRATATIVAS DA SUA PARCERIA COM O CIDES. O DEPUTADO ESCLARECEU PARA OS PRESENTES QUE SABE QUE CADA UM DOS PREFEITOS TEM SEUS ACORDOS POLÍTICOS E QUE O QUE ELE PUDER FAZER PELO CIDES E OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS SERÁ FEITO, INDEPENDENTE DE QUALQUER COISA. E QUE ISSO FAZ PARTE DO SEU MANDATO E DA SUA PROPOSTA DE TRABALHO. O DEPUTADO FALOU DOS QUATRO TEMAS QUE TRABALHA, SENDO ESTES: **MEIO AMBIENTE; MANEJO PROFISSIONAL ÉTICA DE CASTRAÇÃO DE ANIMAIS; PEDOFILIA E PESSOAS DESAPARECIDAS**. LEMBROU QUE A SECRETÁRIA EXECUTIVA PROCUROU POR ELE, PARA DUAS DEMANDAS, UMA SERIA A VINDA DO PROJETO DE CASTRAMÓVEL EM UMA CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DO MANEJO ÉTICO E POPULACIONAL DE CÃES E GATOS, COM BAIXO CUSTO PARA OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS. E O OUTRO SERIA O **PROGRAMA DE CASTRAÇÃO PERMANENTE NOS MUNICÍPIOS**. O DEPUTADO FALOU DA DIFICULDADE DE TRAZER A CASTRAÇÃO EM UM PROGRAMA QUE ATENDESSE PRONTAMENTE A TODOS OS MUNICÍPIOS DO CIDES EM UMA CAMPANHA DE CASTRAÇÃO DE CÃES E GATOS POIS O PROGRAMA LEVARIA PELO MENOS 4 MESES PARA PERCORRER COM EXCLUSIVIDADE TODOS OS MUNICÍPIOS DO CIDES. E QUE PARA ISSO ACONTECER SERÁ NECESSÁRIO A DISPONIBILIZAÇÃO DE EMENDA PARLAMENTAR EM TORNO DE QUINZE A VINTE MIL REAIS PARA CADA MUNICÍPIO DO CIDES. E TODO O PROGRAMA TERIA UM CUSTO FINAL ELEVADO, MAS QUE ESTÁ EMPENHADO PARA REALIZAR ESSA SOLICITAÇÃO E QUE AS TRATATIVAS COM O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, ATRAVÉS DO PROMOTOR CARLOS VALERA ESTÃO ADIANTADAS E QUE COM UMA COLABORAÇÃO FINANCEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO, FICARÁ VIÁVEL A VINDA DESTE PROGRAMA NOS MUNICÍPIOS DO CIDES. O DEPUTADO AINDA REFORÇOU QUE COM SUA EMENDA E A CONTRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, FICARÁ PARA OS MUNICÍPIOS APENAS A CONTRAPARTIDA DE **HOSPEDAGEM (HOTEL OU POUSADA), ALIMENTAÇÃO (CAFÉ DA MANHÃ; ALMOÇO; LANCHE DA TARDE E JANTAR) E RECURSO FINANCEIRO NO VALOR DE R\$ 1.500,00 (MIL E QUINHENTOS REAIS) POR PREFEITURA PARA COLABORAR COM O CUSTEIO DAS DESPESAS DA ONG AJUDA QUE FAZ OS**

TRABALHOS DE CASTRAÇÃO. E PONTUOU QUE ESTE É UM PROGRAMA DE CURTA DURAÇÃO COM PREVISÃO DE 3 DIAS EM CADA MUNICÍPIO, COM CERCA DE CENTO E CINQUENTA CASTRAÇÕES POR MUNICÍPIO, SENDO CINQUENTA CASTRAÇÕES POR DIA. O DEPUTADO DISSE QUE ESTA PROPOSTA ESTÁ PRÓXIMA DE SER EFETIVADA DEPENDENDO APENAS DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS POR PARTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO, E TAMBÉM DA DISPONIBILIZADA DA AGENDA DA ONG QUE REALIZA OS TRABALHOS. O DEPUTADO ALÉM DISSO, COLOCOU A TODOS OS PRESENTES OUTRO PROJETO QUE TEM COM O CIDES PARA A REALIZAÇÃO DE UM PROGRAMA DE CASTRAÇÃO DE CÃES E GATOS PERMANENTE, PARA SER REALIZADO PELO CIDES EM ATENDIMENTO AOS CONSÓRCIADOS. NESTE PROJETO PODERÁ SER DOADO UM CASTRAMÓVEL PARA O CIDES DESENVOLVER O TRABALHO PERMANENTE DE CASTRAÇÃO, COM OS CUSTOS RATEADOS ENTRE OS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES. O DEPUTADO COLOCOU SUA EQUIPE A DISPOSIÇÃO PARA AJUDAR COM SUPORTE TÉCNICO A ESTRUTURAR E TREINAR OS PROFISSIONAIS QUE EXECUTARÃO ESTES SERVIÇOS QUE SERÃO REALIZADOS ATRAVÉS DO CIDES. O DEPUTADO REFORÇOU QUE APESAR DE SUA EMENDA PARLAMENTAR SER UM VALOR PEQUENO, SE O CONSÓRCIO ENTENDER QUE O PROGRAMA BENEFICIARÁ OS MUNICÍPIOS, O DEPUTADO PODERÁ DISPONIBILIZAR A EMENDA NECESSÁRIA PARA UMA UNIDADE DE CASTRAMÓVEL, DESDE QUE HAJA O COMPROMISSO FIRMADO POR TODOS OS PREFEITOS DE COLOCAR O PROGRAMA EM OPERAÇÃO, COM EFICIÊNCIA POIS O MANEJO ÉTICO REQUER CUIDADO, TREINAMENTO E DEDICAÇÃO. O DEPUTADO AINDA LEMBROU QUE, O CUSTO OPERACIONAL NÃO É BAIXO E QUE TEM VÁRIOS ASPECTOS QUE DEVEM SER CONSIDERADOS, COMO POR EXEMPLO A EQUIPE, E O PÓS OPERATÓRIO DOS ANIMAIS. O DEPUTADO INFORMOU AOS PREFEITOS QUANTO AO CUSTO APROXIMADO POR MÊS; E LEMBROU QUE O TRABALHO TEM QUE SER EM PARCERIA COM AS INSTITUIÇÕES DE CUIDADORES DE ANIMAIS E COM EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE OS CUIDADOS COM OS ANIMAIS. O DEPUTADO NORALDINO FALOU AINDA A RESPEITO DA EMENDA PARLAMENTE SOLICITADA PELA SENHORA CRISTINA MARTINS, PARA AÇÕES DO **MEIO AMBIENTE**. O PEDIDO FOI DE UMA EMENDA PARLAMENTAR PARA DAR CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA PARA AUXILIAR OS MUNICÍPIOS, DENTRO DE PROJETO DE APOIO TÉCNICO PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, UMA VEZ QUE EXISTE ESSA DEMANDA NOS MUNICÍPIOS. O DEPUTADO FALOU SOBRE A DIFICULDADE DE VIABILIZAR, POIS AS EMENDAS SÃO MUITO AMARRADAS E QUE É A PRIMEIRA VEZ QUE RECEBE UM PEDIDO COM ESTA FINALIDADE, MAS, QUE VAI ESTUDAR E VERIFICAR JUNTO A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE. O DEPUTADO PEDIU PARA AGUARDAR SOBRE ESTE PEDIDO, QUE EM BREVE TERÍAMOS RESPOSTA DO ESTADO. O DEPUTADO DISPONIBILIZOU AOS PREFEITOS OUTRAS FRENTES DE TRABALHO QUE ELE REALIZA. O DEPUTADO DISPONIBILIZOU-SE PARA AJUDAR EM TRABALHOS CONTRA A PEDOFILIA E A BUSCA DE **PESSOAS DESAPARECIDAS**. O DEPUTADO AINDA INFORMOU AOS PREFEITOS QUE

TÊM PESSOAS QUE MORAM NAS RUAS DE VÁRIOS MUNICÍPIOS QUE SÃO PESSOAS DADAS COMO DESAPARECIDAS E QUE SE AS SECRETARIAS DE SERVIÇO SOCIAL DOS MUNICÍPIOS TIVEREM COMO PEGAR AS INFORMAÇÕES DESTAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, QUE A SECRETARIA ENTRE EM CONTATO COM O GABINETE DELE PARA CRUZAR OS DADOS E TENTAR ENCONTRAR ALGUÉM QUE ESTEJA COMO DESAPARECIDA. E LEMBROU QUE UMA PESSOA DESAPARECIDA DESESTRUTURA TODA A FAMÍLIA. E QUE ESTE É APENAS O INÍCIO, POIS VÁRIAS SÃO AS OUTRAS DEMANDAS QUE DEVEM SER TRABALHADAS APÓS A IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO DESAPARECIDO. O DEPUTADO FALOU POR ÚLTIMO SOBRE O **COMBATE À PEDOFIA** E NO TRABALHO QUE ESTÁ DESENVOLVENDO JUNTAMENTE COM O MINISTÉRIO PÚBLICO, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, SERVAS E POLÍCIA CIVIL NA BUSCA ATIVA PARA O COMBATE À PEDOFILIA. O DEPUTADO AINDA ALERTOU A TODOS, QUANTO A **VULNERABILIDADE DO SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO** QUE TODAS AS PREFEITURAS PASSAM. E REFORÇOU QUE É PRECISO FICAREM ATENTOS PARA BUSCAR FORMAS DE PROTEGER O ACESSO AO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE SUAS PREFEITURAS. O DEPUTADO DISPONIBILIZOU TAMBÉM MAIS ESSA ORIENTAÇÃO ÀS PREFEITURAS QUE PRECISAREM DE ALGUM AUXÍLIO, ATRAVÉS DE SUA EQUIPE TÉCNICA. DEPUTADO AGRADECEU À TODOS E REAFIRMOU QUE FICOU IMPRESSIONADO COM O EMPENHO DO PRESIDENTE E DA SECRETÁRIA EXECUTIVA PARA QUE O CIDES CONSIGA ATENDER DEMANDAS IMPORTANTES PARA OS MUNICÍPIOS. E QUE SE SENTE HONRADO POR TER SIDO TÃO DEMANDADO PELO CONSÓRCIO PARA AJUDAR AS PREFEITURAS. O DEPUTADO NORALDINO SOLICITOU AO CIDES O ENVIO DE UM DOCUMENTO AO PROMOTOR CARLOS VALERA, REFORÇANDO A IMPORTÂNCIA DA VINDA DO CASTRAMÓVEL AOS MUNICÍPIOS PARA QUE O MINISTÉRIO PÚBLICO POSSA ANEXAR O OFÍCIO À SOLICITAÇÃO FEITA AO JUDICIÁRIO PARA A LIBERAÇÃO DE RECURSOS PROVINDO DE MULTAS, QUE TERÃO COMO DESTINO CUSTEAR PARTE DO PROJETO DE VINDA DO CASTRAMÓVEL PARA A CASTRAÇÃO DE ANIMAIS NOS MUNICÍPIOS. O PRESIDENTE ENALTECEU O DEPUTADO NORALDINO PELA PRESENÇA E PELA DISPONIBILIDADE EM ATENDER AO CIDES E AOS MUNICÍPIOS. E ELOGIOU O DEPUTADO PELO SEU DISPRENDIMENTO POLÍTICO EM AJUDAR A REGIÃO QUE NÃO É SUA REGIÃO ELEITORAL. FALOU TAMBÉM DA IMPORTÂNCIA DE TODAS AS FRENTES DE TRABALHO QUE O DEPUTADO DISPONIBILIZOU AOS MUNICIPIOS. O PREFEITO LEANDRO, ELOGIOU O CIDES PELOS TRABALHOS E INICIATIVAS E FALOU DA IMPORTÂNCIA DA CASTRAÇÃO DOS ANIMAIS NOS MUNICÍPIOS E DAS AÇÕES VOLTADAS AO MEIO AMBIENTE, EM ESPECIAL DA NECESSIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO NOS MUNICÍPIOS. E SUGERIU QUE TODOS OS PREFEITOS CONVERSEM COM OS SEUS DEPUTADOS TANTO ESTADUAL COMO FEDERAL PARA QUE CADA UM CONTRIBUA COM ALGUMA EMENDA PARA QUE SE POSSA RESOLVER AS DEMANDAS DOS ATERROS SANITÁRIOS NOS MUNICÍPIOS. O SENHOR FRADIQUE E DEMAIS PREFEITOS CONCLUÍRAM QUE A VINDA DO CASTRAMÓVEL É MUITO BEM VINDA E QUE O CIDES

FARÁ O OFÍCIO REFORÇANDO O PEDIDO DE AJUDA FINANCEIRA AO PROMOTOR DR. CARLOS VALERA. E TAMBÉM FICOU ACERTADO QUE O DEPUTADO NORALDINO JÚNIOR CONTRIBUIRÁ COM A DOAÇÃO DE UMA UNIDADE DE CASTRAMÓVEL AO CIDES PARA QUE SEJA REALIZADO UM TRABALHO PERMANENTE EM TODOS OS MUNICÍPIOS CONSÓRCIADOS E QUE O RATEIO DE CUSTOS DESTE SERVIÇO SERÁ REALIZADO PELAS PREFEITURAS. O PRESIDENTE DO CIDES MAIS UMA VEZ AGRADECEU À PRESENÇA DE TODOS E ENCERROU A 21ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CIDES. *ATA LAVRADA POR ECIONE CRISTINA MARTINS PEDROSA.



IRADIQUE GURITA DA SILVA
PRESIDENTE DO CIDES



ECIONE CRISTINA MARTINS PEDROSA
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CIDES